

Instituto Maria da Paz Varzim

Associação de solidariedade social
de utilidade pública

Contas do exercício de 2016

Balanço
Demonstração de resultados
Anexos

**BALANÇO
ACUMULADO DE DEZEMBRO 2016**

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....		391.309,40	403.675,03
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento.....		989,12	1.081,53
Ativos intangíveis.....			
Inventimentos financeiros			
Fundadores/ beneméritos / patrocinadores/ doadores/ associados/ membros..			
		392.298,52	404.756,56
Ativo corrente:			
Inventários.....		719,07	787,78
Créditos a Receber.....			
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....			
Fundadores/ beneméritos / patrocinadores/ doadores/ associados/ membros...			
Outras ativos correntes.....			
Diferimentos.....		0,00	3.540,20
Outros ativos financeiros.....		0,00	
Caixa e depósitos bancários.....		49.187,79	25.015,91
		49.906,86	29.343,89
Total do Ativo		442.205,38	434.100,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos patrimoniais			
Fundos		37.559,15	37.559,15
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		43.231,16	40.165,94
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais.....		324.324,18	334.078,58
Resultado líquido do período		16.361,92	3.065,22
Total do fundo de capital		421.476,41	414.868,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		510,95	317,63
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		3.368,74	3.489,87
Fundadores/ beneméritos / patrocinadores/ doadores/ associados/ membros...			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos			
Outras passivos correntes		16.849,28	15.424,06
Outros passivos financeiros			
		20.728,97	19.231,56
Total do passivo		20.728,97	19.231,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		442.205,38	434.100,45

João Pereira
Membro do Conselho

João Pereira

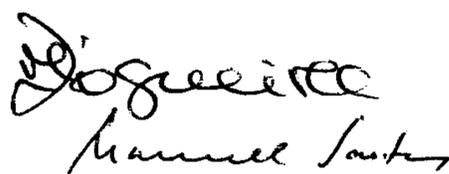
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		3.634,85	983,36
Subsídios, doações e legados à exploração.....		93.752,56	138.146,03
ISS,I.P. - Centros distritais		71.874,12	61.120,82
Outros		21.878,44	77.025,21
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(34.153,76)	(27.561,18)
Fornecimentos e serviços externos.....		(24.700,67)	(26.055,90)
Gastos com o pessoal.....		(121.444,09)	(155.423,45)
Ajustamento de inventários (perdas/ reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		123.669,87	89.314,30
Outros gastos e perdas.....		(12.112,55)	(4.269,45)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.646,21	15.133,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		12.365,63	(12.365,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.280,58	2.768,08
Juros e rendimentos similares obtidos.....		81,34	298,03
Juros e gastos similares suportados.....		0	(0,89)
Resultado antes de impostos		16.361,92	3.065,22
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		16.361,92	3.065,22

A Direção

Póvoa de Varzim _ 14/03/2017


 Manuel Santos

o TOC



A. Geral

Póvoa de Varzim _ 30/03/2017

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Rubricas	Notas	Periodos	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de cliente e utentes		3.634,85	983,36
Pagamentos a fornecedores		-16.873,46	-53.617,08
Pagamentos ao pessoal		-116.446,63	-155.423,45
Caixa gerada pelas operações		-129.685,24	-208.057,17
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		152.924,63	204.164,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23.239,39	-3.892,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos			
Realização de fundos			
Doações			
Outras operações de financiamento		81,34	298,03
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			0,89
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		81,34	297,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		25.867,06	29.462,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		49.187,79	25.867,06

A Direção
Póvoa de Varzim, 14/03/2017

Manuel Soares

O TOC

[Handwritten Signature]

Presid. Assembleia Geral
Póvoa Varzim, 30/03/2017

1- Identificação

O Instituto Maria da Paz Varzim, com sede na Praça do Almada, 3º 1º, 4490-438 na Póvoa de Varzim é uma instituição particular de Solidariedade Social, cujos estatutos estão registados na direção Geral de Segurança Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública na D.R. nº 224, III série de 23/09/1993. Tem como a atividade as respostas sociais Atividades Tempos Livros, Jardim Infância.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março; pelas Portarias nº105/2011 e 106/2011 de 14 de Março e aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de junho e pelo Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

A mensuração utilizada nas demonstrações financeiras está expressa em euros.

2.2- Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados que questionem a imagem verdadeira e apropriada das contas da entidade.

Não se verificaram quaisquer casos excecionais no decorrer do período em análise que implicassem a derrogação de qualquer disposição do normativo contabilístico aplicável.

3- Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras são as que a baixo se descreve.

3.1- Bases de apresentação.

As demonstrações financeiras tiveram por base os seguintes princípios: continuidade; regime do acréscimo (periodização económica); consistência na apresentação; materialidade e agregação; não compensação (entre ativos e passivos e entre os gastos e rendimentos) e informação comparável.

3.2- Políticas de reconhecimento e mensuração.

a)Ativos fixos tangíveis:

O critério de mensuração foi o custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações do período foram calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens (Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro):

- Edifícios e outras construções – 50 anos;
- Equipamento básico – entre 3 e 10 anos;
- Equipamento de transporte – entre 4 e 8 anos;
- Equipamento administrativo – entre 3 e 8 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis – entre 4 e 8 anos.

(ver mapa do ativo tangível bruto e das depreciações ocorridas)

Os gastos que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como despesas de conservação e reparações do período.

b) Propriedades de investimento

Propriedades detidas pela instituição para arrendar ou valorização do capital ou ambas (garagens doadas), por força da alteração das regras contabilísticas referidas no ponto 2.1 deste ano, passou a estar reconhecido como Ativo fixo tangível.

c) Inventários

A entidade utiliza o sistema de inventário periódico (intermitente) mensurado ao custo de aquisição nos bens comprados e ao custo corrente nos bens oferecidos.

d) Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários e outras aplicações de curto prazo que possam ser imediatamente utilizados sem alteração do valor.

e) Fornecedores/Estado e outros entes públicos/Outras passivos corrente

As dívidas a terceiros registadas nas rubricas referidas estão contabilizadas pelo respetivo valor nominal.

f) Fundos patrimoniais

Esta rubrica expressa o valor residual dos ativos após dedução dos passivos.

- Fundos atribuídos por fundadores da entidade ou terceiros ("Fundos"-valor inicial).
- Fundos acumulados e outros excedentes (resultados transitados acumulados de exercícios anteriores).



- Subsídios que o governo ou outras entidades públicas ou por norma legal aplicável, que estabelecem a respetiva incorporação no mesmo (Outras variações nos fundos patrimoniais).

- Doações de bens patrimoniais á Instituição (Doação das garagens).

4- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Não aplicável.

5- Ativo fixos tangíveis.

A quantia escriturada bruta (preço aquisição), as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2016 estão desenvolvidas nos quadros anexos:

a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo tangível (mapa anexo);

b) Movimentos ocorridos nas depreciações das rubricas do ativo tangível (mapa anexo);

6- Ativos intangíveis.

Não Aplicável.

7- Locação.

Não Aplicável.

8- Custos de empréstimos obtidos.

Não Aplicável.

9- Inventários.

O movimento desta rubrica está espelhado no mapa elaborado para representação do valor do inventário no fim do período e cálculo do C.M.V.M.C. sendo utilizado o método de custeio "FIFO" (mapa anexo).

10- Réditos.

O rédito é mensurado pelo valor da contratação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante das devoluções, descontos e outros abatimentos, quando existem.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

11- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Não aplicável

12- Subsídios e outros apoios.

Ata da reunião Geral Ordinária de 30 de março de 2017

Aos 30 dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniram em assembleia Geral Ordinária os associados do Instituto Maria da Paz Vazim, no Praca do Almada, n.º 3, na cidade da Póvoa de Varzim. A reunião foi convocada nos termos do n.º 5 do artigo 20.º dos Estatutos do Instituto Maria Paz Vazim, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2016;

2- Terceira hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a instituição.

A reunião foi presidida pela 2.ª secretária, Maria Adília Sousa Domingos, por ausência da presidente da Mesa da Assembleia Geral, Maria Teresa Martins Semedo e da 1.ª secretária Maria Manuela Couto Rocha, e foi secretariada por Olíndine Jesus Teresa Novo, sócia n.º 1216 e por Maria Fernanda Martins Rodrigues, sócia n.º 180, respetivamente nas funções de 1.ª e 2.ª secretárias.

A hora indicada não se encontravam presentes a maioria dos associados com direito a voto, comparecendo e assinando no livro de registo de presenças, pelo que meia hora depois a presidente da Mesa de Assembleia Geral considerou a assembleia validamente constituída nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 20.º dos Estatutos, dando início à reunião com a 1.ª secretária a fazer a leitura da convocatória.

A presidente da Mesa, Maria Adília Sousa Domingos, deu início à discussão do 1.º ponto da ordem, concedendo a palavra à presidente da Direção, Maria Deolinda Nogueira, que leu o Relatório de Atividades, realçando o que mais importante ocorreu em 2016. De seguida, a presidente da Mesa concedeu a palavra ao responsável de contabilidade da instituição, José Loureiro dos Santos, que explicou

Adília Sousa Domingos, 17

Os valores apresentados na Demonstração de Resultado por natureza, cujo total de rendimentos e ganhos foi de 221.138,62€; o total de gastos e perdas foi de 204.776,70€, sendo o resultado líquido obtido de 16.361,92 euros. Os valores do balanço apresentam o total ativo de 442.205,38 euros, enquanto o passivo é de 425.843,46 euros, pelo que os fundos patrimoniais, incluindo o resultado, são de 16.361,92 euros, dando assim a conhecer aos associados a situação financeira e patrimonial da instituição em 31/12/2016.

A presidente da Mesa passou a palavra ao presidente do Conselho fiscal, João Albano Ribeiro, que leu o Parecer sobre o Relatório e Contas e Aplicações do Resultado do exercício, conforme a proposta da Direção. A presidente da Mesa solicitou aos presentes que expunham as dúvidas que tenham sobre os assuntos deste primeiro ponto, não havendo qualquer pedido de esclarecimentos. Então, a presidente da Mesa desta Assembleia Geral submeteu a votação o 1º ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Assim, ficaram aprovados o Relatório e Contas e Aplicações do Resultado do período de 2016.

Entrando no 2º ponto, meia hora para qualquer assunto de interesse para a Instituição, o presidente do Conselho fiscal, na qualidade de associado, fez por à Mesa que, para os devidos efeitos, fosse ratificada a nomeação da Dra. Tânia Cristina da Silva Oliveira, NIF 215 150 457, para Tesoureira da Direção do Instituto Maria da Paz Louzã, por impossibilidade de Manuel dos Santos continuar nessas funções por motivos pessoais ponderosos. Este ponto foi aprovado por unanimidade dos presentes. Ainda acerca deste assunto, o vice-

ASSOC. ALMADA 1975

Presidente da Direção, Dr. Carlos Hatas, agradeceu
o trabalho realizado pelo Sr. Manuel dos Santos
no exercício das funções agora cessadas, pediu
à presidente da Mesa que fosse votado um voto
de louvor com aclamação, o que foi prontamente
aceite e votado por todos os presentes.

Não havendo quem quisesse pronunciar-se sobre
qualquer outro assunto de interesse para a ins-
tituição, a presidente da Mesa, Maria Adília
Domingues, deu por encerrada a reunião com
as dezasseis horas sendo lavrada a presente
ata que, por deliberação da assembleia ficou
aprovada e vai ser assinada pela presidente
e pelos restantes elementos que constituem a
Mesa da assembleia.

Presidente da Assembleia Geral
1.ª secretária - Olíndina Jesus Pereira Novo
2.ª secretária - Maria Fernanda Martins Rodrigues



M. Ferreira

Parecer do Conselho Fiscal

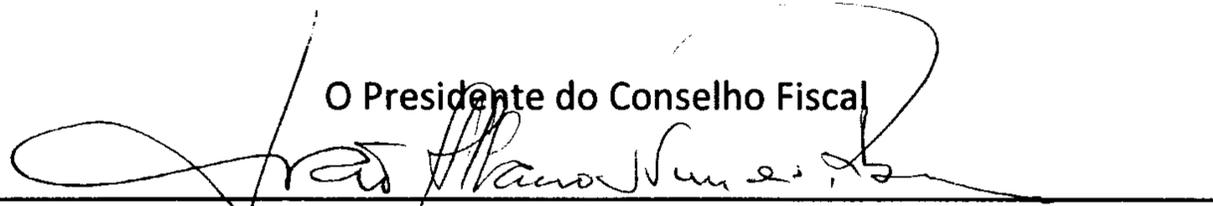
Em cumprimento do estipulado no nº 1 do artigo 27º dos estatutos do Instituto Maria da Paz Varzim, o Conselho Fiscal procedeu à análise criteriosa dos documentos da prestação de Contas apresentados pela Exma. Direção. De seguida, o Conselho verificou o Relatório de Gestão constatando que dá a conhecer o modo como evoluiu a atividade da instituição no ano de 2016 e do conjunto de eventos e outras ações realizadas para angariação de fundos para suprir às necessidades de tesouraria. As demonstrações financeiras estão corretamente elaboradas e os valores expressos na Conta de Exploração e no Balanço correspondem à verdadeira situação económico-financeira e patrimonial da Instituição. Por fim é de assinalar o resultado líquido positivo de dezasseis mil trezentos e sessenta e um euros e noventa e dois cêntimos.

Assim, o Conselho Fiscal deliberou:

- 1 - Dar parecer favorável aos senhores associados para que aprovelem o Relatório e Contas do exercício de 2016;
- 2 - Dar parecer favorável à proposta da Exma. Direção para afetação do Resultado do exercício à conta de " Resultados transitados".
- 3 - Dar um voto de louvor à Exma. Direção pelo trabalho desenvolvido no ano transato.

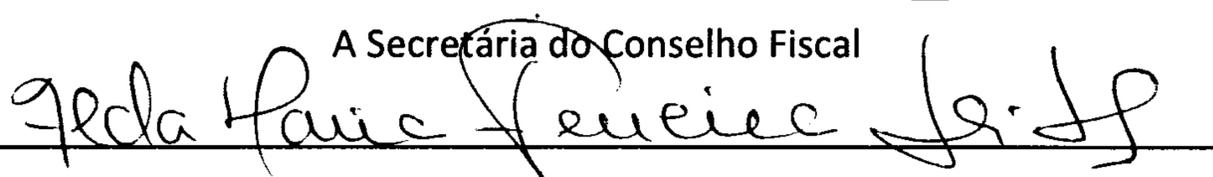
Póvoa de Varzim, 18 de Março de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal



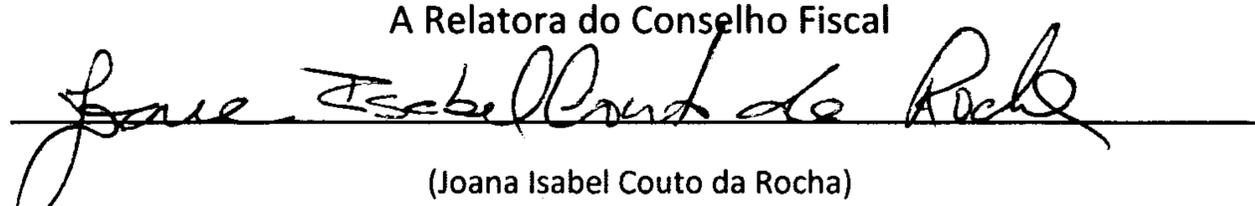
(João Albano Nunes Ribeiro)

A Secretária do Conselho Fiscal



(Alda Maria Ferreira Leite)

A Relatora do Conselho Fiscal



(Joana Isabel Couto da Rocha)